

Fundação

FAFIMAN
www.fafiman.br

FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI

Rua René Taccola, 152 - Caixa postal 100 - Fone (44) 3233-1356 / Fax (44) 3233-2411

CEP: 86975-000 - Mandaguari - Paraná - e-mail: secretaria@fafiman.br



XIII ERIC – (ISSN 2526-4230)

Eixo Temático – Comportamento Organizacional e as Rede Sociais – sala nº 26
(ARTIGO)



XIII ERIC – (ISSN 2526-4230)

UM ESTUDO SOBRE O USO DAS REDES SOCIAIS A PARTIR DO PÚBLICO FEMININO

Maria Caroline Leite de Oliveira – Faculdade Metropolitana de Maringá
mariacarolineloliveira@gmail.com

Pietro Martins de Oliveira – Faculdade Metropolitana de Maringá
pietromartinso@gmail.com

Isabella Tamine Parra Miranda – Faculdade Metropolitana de Maringá
professoraisabella@gmail.com

Ana Paula Stroher – Faculdade Metropolitana de Maringá
ana_stroher@hotmail.com

Claudio Saldan – Faculdade Metropolitana de Maringá
saldan.mat@gmail.com

Categoria de apresentação: pôster

RESUMO

Considerando o aumento do uso das redes sociais pelos jovens no mundo e principalmente no Brasil e a crescente mobilização *on-line* a partir de mulheres, sobre os problemas que enfrentam na sociedade contemporânea, objetiva-se um estudo sobre o comportamento e organização dessas mobilizações, aqui chamado de “movimento sociais”. Para tanto, precede-se ao levantamento bibliográfico das obras já existentes. Desse modo, observa-se que os movimentos sociais femininos já se utilizam das redes sociais para se organizar, porém, ainda é um instrumento novo, que precisa de aperfeiçoamentos, e que a mobilização precisa acontecer *off-line* também, para que atinja os resultados esperados.

INTRODUÇÃO

O ser humano enquanto ser social, busca a comunicação e o compartilhamento de suas conquistas em cada fase histórica de sua existência, criando redes sociais. Essas redes sociais podem ser entendidas a partir de diversas perspectivas sociológicas, que partilham das mesmas concepções, como a interação, a partilha e a reciprocidade (FERNANDES, 2011). Por meio da rede social um indivíduo se conecta a outro ou a um grupo que por sua vez, também se utiliza da rede social



para se ligar a outro grupo, com algum interesse em comum ou com alguma particularidade entre si, como a cultura, e é por meio da rede social que se compartilha conhecimento, a partir da vivência e informações de seus atores.

Segundo Marteleto (2001), “a estrutura é apreendida concretamente como uma rede de relações e de limitações que pesa sobre as escolhas, as orientações, os comportamentos, as opiniões dos indivíduos”. Ainda segundo a autora, esse elo entre indivíduos, aqui chamado de rede social, é tão antigo quanto a história da própria humanidade, e não pode ser visto apenas como uma relação entre dois indivíduos. Esse elo precisa ser compreendido de forma ampla, buscando entender onde (espaço histórico e geográfico) esses indivíduos estão inseridos, bem como as outras redes sociais das quais tais indivíduos fazem parte. Ou seja, a análise de redes não constitui um fim em si mesma (MARTELETO, 2011).

REDES SOCIAIS VIRTUAIS

Com o avanço tecnológico das últimas décadas, em especial nas tecnologias da informação e comunicação (TICs), que Castells (2003) compara com o advento da eletricidade na Era Industrial, as redes sociais param de existir somente no mundo presencial e começam a coexistir no mundo virtual, criando-se assim, as redes sociais virtuais, que se baseiam no mesmo princípio de sociabilidade, criação e compartilhamento de conhecimento (DIAS e COUTO, 2011).

No contexto contemporâneo, nada mais oportuno do que os sujeitos se organizarem e adquirirem conhecimento através das redes sociais virtuais, e conforme lembra Castells (2013), “essas redes sociais on-line tornam-se formas de ‘comunidades especializadas’, isto é, forma de sociabilidade construída em torno de interesses específicos”. Então, é comum encontrar pessoas que vêm a trazer suas desilusões com o poder público, manifestar seus interesses e posições políticas através das redes sociais e assim tornar pública suas insatisfações. Por esse viés, os movimentos sociais encontram na internet, uma nova forma de socialização e divulgação, desvinculando-se da grande mídia impressa, televisiva e radiofônica, buscando tornar os movimentos sociais independentes dos meios de comunicação



convencionais e da interpretação que tais mídias apresentam sobre os movimentos sociais (PEREIRA, 2011). Ainda segundo Pereira (2011), o movimento on-line não substitui o real, o movimento social no âmbito digital vem para complementar o real, para somar e desenvolver novas formas de protestos.

MOVIMENTOS SOCIAIS

No Brasil, em junho de 2013, ocorreram grandes manifestações de rua, a partir do “Movimento Passe Livre” (MPL) na luta contra o aumento na tarifa do transporte público. Essas manifestações, porém, tomaram grandes proporções e foram além da proposta inicial, nas ruas se ouvia palavras de ordem contra corrupção e cartazes como “vem para a rua” e “O Gigante Acordou”. As manifestações foram marcadas pela forte presença da juventude, que convocou e se comunicou de diferentes maneiras, pelo celular e na internet, (*Facebook, Twitter, Youtube, etc*). Segundo Krohling (2013),

“Uma outra comunicação se faz presente. Os manifestantes usaram meios próprios para se comunicar: simples celulares ou smartphones, redes virtuais e o audiovisual alternativo municiaram a sociedade com a informação em tempo real do que ocorria nas ruas pelo ângulo de novas fontes (...) Estas se tornaram, inclusive, fontes para a grande mídia que se viu atônita e perdida, sem saber bem o que fazer, pois os acontecimentos fugiam ao seu tradicional esquema de pautas e coberturas. Estes favoreceram o exercício da liberdade de expressão, sem *gatekeepers*, e numa proporção imensurável devido ao efeito de replicação das redes virtuais. (Krohling, 2013)”.

Ou seja, as redes sociais virtuais, serviram não só para a articulação e organização inicial, mas principalmente no direcionamento e apoio durante as manifestações. Também auxiliou a divulgação, em tempo real, da quantidade de manifestantes presentes, abusos policiais, violência, etc. Permitiu uma visão do ponto de vista dos atores políticos das ações, se isentando da visão que a mídia tradicional traz de manifestações de grandes proporções como foram essas do outono de 2013.



Essa nova forma de organização se dá também em consequência da inquietude da Geração Y, também conhecida como Geração Internet (GI), que conforme Grossi (2014) explica,

“é composta pelos indivíduos nascidos a partir da segunda metade da década de 1980 até a atualidade. Essa geração é marcada pelo uso intenso das tecnologias, principalmente a internet. Sua forma de pensar e agir estão pautadas na agilidade, possuem destrezas em realizar várias atividades simultâneas e um desprendimento geográfico, pois suas tarefas são associadas à rede internacional de computadores. Todavia o escopo dessa geração está sendo ampliado e reforçado pelos adeptos e entusiastas das novas tecnologias. De donas de casa a empresários, a GI vê cada vez mais seu espaço sendo dividido com pessoas de outras gerações que descobrem a praticidade e a velocidade que a nuvem virtual proporciona aos que se aderem a tal prática como a Geração Z. Assim, essa mescla de gerações compartilhando as mesmas formas de interatividade num espaço que até então era quase predominantemente utilizado por jovens pode ser vislumbrado positivamente na amplitude e facilidade da rede em atingir diferentes atores sociais para um objetivo comum” (GROSSI et al, 2014, p. 41).

Ainda de acordo com Grossi, os jovens da GI estão entre 11 e 35 anos, cursando universidades, buscando suas identidades, a procura de conteúdos que se identifiquem, e não se conformam em serem apenas receptores passivos da informação, há uma necessidade de interação, de exposição e explanação de pensamento, mudando inclusive a interação na educação, entre professores e alunos, contribuindo para novas práticas pedagógicas.

O USO DA INTERNET POR BRASILEIROS

Segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (2015, p. 7), no ano de 2015, praticamente metade dos brasileiros, 48% utilizou a internet. A televisão e rádio ainda superaram o uso da internet, todavia, houve crescimento no percentual de pessoas que utilizam internet todos os dias, quase 37% da população do país (SECOM, 2015).



A empresa Futuro Digital em Foco Brasil (2015) divulgou pesquisa que mostra que os brasileiros são líderes no tempo gasto nas redes sociais. A média brasileira é 60% maior do que o resto do Planeta. Logo atrás do Brasil vem as Filipinas, Tailândia, Colômbia e Peru. Entre os 53,5 milhões de usuários de internet ativos no Brasil é difícil encontrar quem não acesse algum tipo de rede social em casa ou mesmo no trabalho. Sites como *Facebook* e *Twitter* têm ganhado cada vez mais a atenção e o tempo dos brasileiros que navegam na rede.

Entre os universitários, pode-se dizer que a utilização de redes sociais e das tecnologias de informação e comunicação são amplamente utilizadas como um novo espaço para estabelecer relações sociais, afetivas e como extensão da sala de aula (GROSSI et al., 2014).

MULHERES E O ENSINO SUPERIOR

Com a queda do regime político ditatorial, o acesso à universidade foi facilitado, levando em conta a libertação sexual e a quebra de alguns antigos tabus da sociedade no mesmo período pode-se aferir que o feminismo teve um papel importante na inclusão da mulher junto ao mercado de trabalho, inclusive nas classes sociais mais altas, onde o papel da mulher era marcado apenas pelos afazeres domésticos (GUEDES, 2008). Sendo então fundamental a inclusão da mulher na educação e nas instituições de ensino superior do Brasil, uma vez que o acesso à academia possibilita a ascensão social, melhores postos de trabalho e até o acesso a cargos de poder e comando, tradicionalmente controlados por homens (GUEDES, 2008).

Adentrando na educação atual, mais especificamente nas universidades, Güere (2010) é claro ao dizer que as instituições de ensino superior serão obrigadas a mudar, pois

“já se fala hoje de novos métodos de ensino, a *open education*. A informação não viaja mais em uma só direção, ela se constrói entre todos os alunos. A informação está na rede e o professor não é mais soberano. A experiência colaborativa 2.0 está cada vez mais presente. O modelo de um professor dogmático deve desaparecer. Um aluno inquieto e curioso tem acesso aos mesmos conteúdos que o professor. A



escola será um canalizador de ideias e um orientador. Hoje, nas minhas aulas, é comum alunos contestarem o que estou mostrando, porque estão, muitas vezes, conectados à internet por meio de seus celulares e podem atualizar algumas informações que repasso a eles em tempo real. É um caminho sem volta.” (GÜERE, 2010).

Hoje nas universidades, as mulheres são a maioria, e não só nas universidades. Segundo o Portal Brasil (2015),

“no Brasil, as mulheres são maioria da população, passaram a viver mais, têm tido menos filhos, ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho e, atualmente, são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias” (PORTAL BRASIL, 2015).

Em 2010, o destaque na escolaridade em todos os níveis foi para as mulheres, sendo que nas universidades, de estudantes entre 18 e 24 anos de idade, elas são 57,1% do total. No percentual de ensino superior completo, as mulheres também estão na frente, com 12,5% contra 9,9% dos homens.

Nas áreas de formação, as mulheres com 25 anos ou mais, representam a grande maioria na Educação com 83% e Humanidades e Artes com 74,2%, consideradas áreas com menor remuneração, contudo, mesmo em áreas em que a proporção de homens e mulheres é equivalente como Ciências Sociais, Negócios e Direito, as mulheres recebem 66,3% do rendimento dos homens (PORTAL BRASIL, 2015).

FEMINISMO

Desigualdades entre os gêneros, como as citadas anteriormente, são uma das motivações que levam mulheres de todo o mundo a lutar por sua emancipação e equiparação em relação aos homens, e essa não é uma luta nova. Durante a Revolução Francesa foi a primeira vez que mulheres se apresentaram à sociedade como sujeitos políticos, reivindicando direitos que até então eram somente garantidos aos homens, como a reivindicação pelo direito ao alistamento militar. Com consolidação do capitalismo, que trouxe mudanças na ordem econômica, social e política, mudando também a vida das mulheres, ainda assim elas continuavam excluídas dos direitos políticos e civis, nesse contexto, acontece o



movimento sufragista, movimento esse que as mobiliza por sete décadas e une ainda mais as mulheres na luta feminista (GURGEL, 2010).

Desde sua primeira expressão, o feminismo se concretiza como um movimento social e busca ainda, na contemporaneidade, a ruptura com o sistema patriarcal capitalista (GURGEL, 2010).

No Brasil, o movimento feminista tem sua eclosão em 1970, influenciado por vários fatores, como por exemplo, o impacto já causado pelos movimentos feministas norte-americano e europeu e pelo amargo contexto ditatorial vivido pelos países latino-americanos. Em 1975 a ONU declara o Ano Internacional da Mulher, favorecendo o debate internacional sobre a opressão feminina e abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres, saindo assim da clandestinidade, como por exemplo o Brasil Mulher, o Nós Mulheres e o Movimento Feminino pela Anistia, grupos organizados em São Paulo. O feminismo brasileiro que era denominado por “movimento de mulheres”, se inicia nas classes sociais médias, com a presença de mulheres que tiveram acesso à educação universitária e expande-se, articulando com camadas mais populares e suas organizações de bairro (SARTY, 2014).

Na efervescência de movimentos sociais dos anos 70, o movimento feminista carrega a bandeira do combate à discriminação de gênero, o combate à violência contra a mulher e a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos. Lutas que trazem vitórias muito importantes ao movimento, como a luta pelo fim da violência contra a mulher, que acaba dando origem à Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher (DEAM).

Como consequência de todas essas atividades recém-mencionadas a mulher, enquanto sujeito político, avança no poder parlamentar, tendo 26 deputadas na Assembleia Constituinte. Elas tiveram importância fundamental para a conquista de igualdade entre os gêneros na construção da Constituição Federal de 1988, considerada uma das mais avançadas do mundo no que se refere à equidade de gêneros (BELTRÃO e ALVES, 2016).



MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS/FEMININOS ON-LINE

Um exemplo da proporção dos movimentos sociais *on-line* é a “Marcha das Vadias”. Esse movimento teve sua origem em janeiro de 2011, no Canadá, sob o nome de “*Slut Walk*” e eclodiu no Brasil pelo *Facebook*, inicialmente num movimento totalmente virtual que, depois, se utilizando das ferramentas *on-line* para organização e divulgação, ganhou as ruas em junho de 2011 em São Paulo. O movimento cresceu tanto que acabou alcançando encontros em outros estados, reivindicando as mesmas causas: o direito das mulheres de ir e vir, de se vestirem da forma que quiserem e contra a qualquer repressão ou violência ligada ao gênero (RODRIGUES e LUVIZOTTO, 2014).

Nesse sentido, Galetti nos dá um panorama da apropriação das redes sociais pela mulher e pelos movimentos feministas, dizendo que

“a princípio, as mulheres não eram sujeitos na comunicação, mas com o passar do tempo, elas passaram a utilizar as tecnologias – que a priori foram criadas para mover regulamentação, contenção e controle, como ferramenta de ‘emancipação’ e militância, as mulheres têm se apropriado desse espaço para ampliarem o debate sobre o feminismo e se mobilizarem, como é o caso das organizadoras, participantes das Marchas das Vadias” (GALETTI, 2014).

Outro exemplo do impacto das redes sociais para os movimentos sociais, em especial, os feministas é a *hashtag* #30ContraTodas, usada para denunciar um estupro coletivo que aconteceu no Rio de Janeiro em maio de 2016, com uma jovem de 16 anos. O crime foi filmado e divulgado na internet. Em depoimento a jovem disse que foi violentada por 33 homens, gerando o nome da *hashtag* e revelando uma rede de apoio importante, onde artistas reconhecidos internacionalmente e veículos de imprensa nacionais e internacionais manifestaram apoio, inclusive no próprio *Facebook* foi possível adicionar à foto do perfil a frase “Eu luto pelo fim da cultura do estupro”. Além disso, após a campanha, o Ministério Público do Rio de Janeiro recebeu cerca de 800 denúncias sobre o caso e ainda segundo a imprensa, mais de 11 estados registraram protestos contra a violência sexual (MACHADO, 2017).



Em uma pesquisa realizada no *Facebook*, pode-se encontrar várias páginas de movimentos e coletivos feministas de grande alcance, como por exemplo a página “Empodere duas mulheres” com 1.088.202 curtidas, a “Não me Kahlo” que faz referência a Frida Kahlo, pintora mexicana com 1.242.989 seguidores, que divulgam eventos, compartilham conteúdos sobre mulheres que fizeram diferença na história mas não são lembradas, divulgam denúncias, criam campanhas, etc. Também é possível encontrar páginas regionais, como “Movimento Mulheres em Luta – MML Maringá”, com 1.691 curtidas e grupos regionais de menor alcance como a página “Conectadas UEM” que trata de mulheres na computação, “Coletivo DINAda Valho – Maringá”, entre outras.

METODOLOGIA

Este artigo em particular, é um levantamento bibliográfico e síntese sobre a utilização de redes sociais pelo público feminino. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002), é desenvolvida a partir de materiais já elaborados e publicados, principalmente livros e artigos científicos. Foi seguida tal metodologia, após analisar e selecionar o material disponível. Deve-se considerar que a temática é nova, uma vez que as redes sociais digitais são relativamente recentes na história da humanidade.

A organização de mulheres em torno de um objetivo, por sua vez, não é um objeto novo, por esse motivo, conforme destaca Gil (2002) novamente, a pesquisa bibliográfica é eficiente,

“a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos



estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos” (GIL, 2002).

RESULTADOS PRELIMINARES

Com base no que foi exposto anteriormente, pode-se aferir que, através das redes sociais digitais, os movimentos femininos/feministas têm ganhado força. Temos diversos exemplos de grupos que se organizam através da internet. Em uma pesquisa realizada no *Facebook*, podem-se encontrar várias páginas de movimentos e coletivos feministas de grande alcance, como por exemplo, a página “Empodere duas mulheres” com 1.088.202 curtidas, a “Não me Kahlo” que faz referência a Frida Kahlo, pintora mexicana com 1.242.989, que divulgam eventos, compartilham sobre mulheres que fizeram diferença na história, mas não são lembradas, divulgam denúncias, criam campanhas, etc. Também é possível encontrar páginas regionais, como “Movimento Mulheres em Luta – MML Maringá”, com 1.691 curtidas e grupos regionais de menor alcance como a página “Conectadas UEM” que trata de mulheres na computação, “Coletivo DINAda Valho – Maringá”, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na união dos fatores contemporâneos: redes sociais virtuais e feminismo, podemos observar uma nova perspectiva feminista no mundo, balizada pelos movimentos sociais e a internet onde, com o auxílio das redes sociais virtuais, ficou mais fácil, eficaz e até seguro, mulheres feministas exporem suas demandas para o maior número possível de pessoas (RODRIGUES e LUVIZOTTO, 2014).

A sequência deste trabalho prevê a realização de uma entrevista estruturada, na forma de questionário *on-line*, aplicada com as mulheres usuárias de redes sociais em uma faculdade da cidade de Maringá-PR. O objetivo é investigar se existe uma organização local, como se dá essa organização e o que essas mulheres pensam sobre os movimentos *on-line*. Após esse levantamento os dados serão dispostos de maneira a tentar identificar e propor intervenções que auxiliem a organização de grupos de mulheres dentro da instituição.



REFERÊNCIAS.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da informação**, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

FERNANDES, Luís. Redes sociais online e educação: contributo do Facebook no contexto das comunidades virtuais de aprendentes. **Lisboa: Universidade de Nova Lisboa. Acedido em agosto**, v. 29, p. 2012, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Zahar, 2003.

DIAS, Cristiane; COUTO, Olivia Ferreira do. As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através da circulação de ideias. **Linguagem em (Dis) curso**, 2011.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. **Anais do IV Encontro da Compólitica. Rio de Janeiro**, 2011.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro et al. A utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação nas redes sociais pelos universitários brasileiros. **Texto Digital**, v. 10, n. 1, p. 4-23, 2014.

GÜERE, H. N. Tecnologia para recriar os sentidos. Entrevista concedida ao caderno Informatic@ do jornal Estado de Minas. 2010. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2010/09/02/interna_tecnologia,177686/para-hector-navarro-guere-a-tecnologia-pode-recriar-os-sentidos.shtml Acesso em: 09 de julho 2017.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 117-132, 2008.

RODRIGUES, Laís Modelli; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Feminismo na internet: o caso do coletivo Marcha das Vadias e sua página no Facebook. In: **Colloquium Humanarum**. 2014. p. 367-375.

RODRIGUES, Laís Modelli; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Feminismo na internet: o caso do coletivo Marcha das Vadias e sua página no Facebook. In: **Colloquium Humanarum**. 2014. p. 367-375.

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 9, p. 1-9, 2010.

PORTAL BRASIL, Mulheres são maioria da população e ocupam mais espaço no mercado de trabalho. Cidadania e Justiça. Publicado em 06/03/2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da->



populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho. Acesso em 20 de julho de 2017.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos feministas**, p. 35-50, 2004.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A REVERSÃO DO HIATO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRANO SÉCULO XX. **Anais**, p. 1-24, 2016.

MACHADO, Liliane; BARBOSA, Paula Évelyn Silveira. # 30ContraTodas: a repercussão de um caso de violência de gênero na luta feminista. **Amerika. Mémoires, identités, territoires**, n. 16, 2017.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro et al. **A utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação nas redes sociais pelos universitários brasileiros**. Texto Digital, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 4-23, jul. 2014. ISSN 1807-9288. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1807-9288.2014v10n1p4/27423>>. Acesso em Dezembro de 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-9288.2014v10n1p4>.

SECOM. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Redes sociais mais utilizadas atualmente**. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/>>. Acesso em Dezembro de 2016.

KROHLING PERUZZO, Cicilia M. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?). **MATRIZES**, v. 7, n. 2, 2013.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. **São Paulo**, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.